

*nica Vulgaria* haya acertado en esta décima entrega los márgenes de página de por sí ya cortos, afeando la *mise en pages* de la obra. Aunque ciertamente lo más recriminable es que se haya abandonado la vieja técnica del cosido con hilo vegetal a favor del endeble pegado industrial, que, en el caso de una obra tan voluminosa como esta, lleva al insufrible desprendimiento de sus hojas. Mañes, uno y otro, achacables a la industrial editorial moderna

En suma, nos hallamos pues ante una edición de compleja y costosa factura —sólo el autor compete el alcance de esta aseveración—, en la que Paredes muestra su buen hacer filológico, que de seguro está siendo —y será— recibida gran interés entre los medievalistas peninsulares como parte de su historia y entre los romanistas como parte de su cultura.

## O ESSENCIAL SOBRE EUGÉNIO LISBOA (A propósito de O Essencial sobre José Régio)

OSVALDO MANUEL SILVESTRE  
*Universidade de Coimbra*

*Autor:* Eugénio Lisboa

*Título:* *O essencial sobre José Régio*

*Editora:* IN-CM

*Local e data de edição:* Lisboa, 2001

Encerradas as comemorações do centenário regiano, convirá talvez associar à efeméride uma outra, que subterraneamente a percorreu, e que dá conta da dedicação (quase) exclusiva, longa já de uns bons 40 anos, de um crítico — Eugénio Lisboa — a um autor — José Régio —, no que é um caso decerto único nos anais da nossa literatura moderna. Como Faria e Sousa, também Eugénio Lisboa poderia referir-se a Régio como *mi poeta*, depondo na semântica do possessivo a impossível epistemologia das paixões, sobretudo em se tratando, como é o caso, de uma daquelas que não cessam de se concentrar no círculo ritual das obsessões detentoras de uma força de centrifugação do real mais largo. De facto, e não obstante a sua vasta produção ensaística, é em Régio que, para Lisboa, tudo começa e acaba: não só essa obra lhe suscita uma interpelação constante, como ainda, quando se trate de outros autores ou tópicos, Régio vai sendo insistentemente convocado a título de *exemplum*, metro-padrão ou tão-só citação (des)legitimadora, como se a Lisboa não fosse possível orientar-se na selva não especialmente escura da literatura portuguesa sem que ao longe o farol regiano lhe fosse apontando o sentido da sua «velha casa» — ou, ao menos, o sentido da concepção arquitectónica apreensível nesse edifício para muitos demasiado soturno, se não mesmo algo *délabré*.

Nos últimos anos, esta dedicação, que se vazara já em obras de referência sobre Régio, elaboradas segundo o modelo «A vida e a obra», insistentemente refeitas e muito ligeiramente deslocadas no seu norte interpretativo (confronte-se por exemplo *José Régio — A Obra e o Homem*, de 1976, com *José Régio ou a Confissão Relutante*, de 1988, para se constatar esse retomar de teses que em muito mima o funcionamento também circular da obra e do homem que estuda), esta dedicação, dizia, ganhou o suporte institucional que permitiu a Lisboa aplicar na prática as consequências das suas teses. Refiro-me à criação do Centro de Estudos Regianos, em Vila do Conde, que vem publicando um excelente *Boletim do Centro de Estudos Regianos* (6 números até à data, com o primeiro em Dezembro de 1997), dirigido por Eugénio Lisboa; ou, noutra latitude, ao programa de reedições de autores presencistas que vem apadrinhando na Imprensa Nacional, de Gaspar Simões ao próprio Régio, de quem se iniciou a edição da *Obra Completa* com umas aliás muito decepcionantes *Páginas do Diário Íntimo*. Obviamente, não se contesta a pertinência de tal programa editorial, embora Régio nem seja dos autores mais mal editados, num país em que tal sucede com demasiada frequência; e menos se contesta tal programa numa casa editorial que se vem entregando, com a excessiva benevolência da crítica que não temos, à vã tentativa de ressurreição da nunca assaz defunta Filosofia Portuguesa.

Talvez pelo concurso de todas estas circunstâncias, bem como pelo não menos decisivo esgotamento do *ethos* modernista, patente no enjoo pessoano da última década,

as posições de Lisboa vêm-se tornando mais desassombradas na sua pugna pelo bom nome de Régio. A tal ponto que esta pugna ganhou, nos últimos tempos, a coloração mítica de um desafio em que Lisboa se opõe, e Régio com ele, a nada menos que ao «mundo», ainda que este não vá além das proporções paroquiais do meio literário (e, sejamos francos, universitário) português. *Lisboa contra mundum*: eis o que podia ser o título englobante dos escritos regianos do autor, e eis o que não pode deixar de dar que pensar. Na verdade, como entender o *agon* insistente desta obra, no momento em que ela parece dispor dos instrumentos necessários para dissipar os argumentos dos seus adversários sob os efeitos conjugados de uma actuação nos vários planos das instituições culturais portuguesas? Como se aprende em qualquer *digest* de Bourdieu, tal discurso agonístico é parte necessária de estratégias de conquista de indivíduos e gerações marcados pela juventude dos 20 anos (a idade de Régio & Co em 1927, ano de lançamento da *presença*), mas entende-se menos bem a sua pertinência quando esse alguém leva já muitos anos de leituras, obra e intervenção pública. Ora, é no fundo isto o que mais uma vez está em causa no mais recente texto regiano de Eugénio Lisboa, o voluminho *O essencial sobre José Régio*, editado pela IN-CM em 2001, motivo e razão desta nota.

Não se questiona a competência com que Lisboa de novo traça o percurso existencial e artístico de Régio. O livro condensa, com clareza e proficiência, obras anteriores de Lisboa sobre o mesmo autor, com muito ligeiras inflexões críticas, das quais, se não erro, a mais notória é talvez a acentuação, crescente no mais recente Lisboa, da importância da vasta soma romanesca *A velha casa* no todo da obra do autor. Lisboa dirá, a este respeito, que «Não será, pois, de estranhar que esta casa mítica (...) se venha a tornar o deus tutelar e o quase principal protagonista da obra a que Régio viria a consagrar quase quarenta anos da sua vida activa

de escritor» (p.9). Voltarei a este ponto, mais adiante. De qualquer modo, gostaria de passar desde já à questão que me motiva esta recensão, questão que, invocando uma máxima antiga, diria muito ter a ver com a «intolerância dos tolerantes de profissão». Neste caso, com a intolerância de Lisboa em relação à crítica que da obra de Régio foi sendo produzida, intolerância tão-mais estranha quanto provinda de alguém que toda a vida a denunciou nos outros (mais precisamente, nos críticos de Régio). Refiro-me à sistemática denúncia, por Lisboa, do preconceito com que a obra de Régio alegadamente foi e é lida, denúncia que na sua radicalidade — e na radicalidade com que, a bem do argumento, ressalva *in toto* a obra de Régio de qualquer crítica — é tão preconceituosa como o preconceito que visa apontar.

Os exemplos poderiam multiplicar-se, mas tentarei concentrar-me nalgumas articulações dominantes. Para Lisboa, a crítica que Régio teve a infelicidade de ter, oscila entre o «analfabeto» e o «maquiavélico» (p.4), o «desatento» e o «inepto» (p.18). A questão central nem seria tanto essa desatenção analfabeta, mas sim a atitude, reveladora de toda uma ética da leitura, de uma crítica que diz o que diz porque, de facto, *não leu*. Falando da *presença*, Lisboa afirma, por exemplo, que a revista tem «sido origem de equívocos, 'clichés' e reprovações que muito terão que ver com o facto de muitos críticos e historiadores da literatura dela terem falado sem nunca a terem visto» (p.29). O tópico regressa quando o autor, 9 páginas adiante, nos diz que «À *presença* foram sendo feitas algumas críticas persistentes, atribuindo-se-lhe características que os manuais acriticamente repetem por os seus autores se absterem de *ir ver* (por preguiça? Por política universitária?)» (p.38). E, logo a seguir: «Insistir obtusamente no 'psicologismo' da *presença* releva de uma inconfessada ignorância ou, alternativamente (à escolha), da pura má-fé» (p.38). Os termos da escolha que nos é proposta para qualificar a crítica da *presença* vão sendo suficientemente esclarecedores da

posição que para a *presença* Lisboa reclama, no que toca à sua confrontação com a crítica: uma posição acima de qualquer crítica. Tais termos repetem-se ainda um bom punhado de vezes ao longo do texto: «Popular e impopular, amado e detestado, apreciado e frequentemente mal lido — eis o destino de tantos íntegros» (p.56); «*A Velha Casa*, a começar pelo seu amigo e camarada da *presença*, João Gaspar Simões, irá defrontar-se (...) com uma crítica desatenta, ou insensível, ou inepta, ou ressentida, ou francamente hostil. Quando não, desdenhosa» (p.60); «A crítica [a *Cântico Suspense*], vinda de sectores mais jovens, foi injustamente arrasadora. (...) O velho combatente resistia (...): pusera nos poemas, achava ele, alguma energia inovadora, talvez de difícil apreensão para críticos antecipadamente pouco sintonizados» (p.67); e, citando um excerto de um dos seus livros sobre Régio: «As dificuldades entre a crítica e a obra de Régio, quanto mais se pensa no assunto, mais parecem, quanto a mim, derivar, finalmente, do facto de que este autor foi efectivamente muito mal lido» (p.71).

Assim apresentada, esta não é tanto uma questão hermenêutica (a resolver, por isso, em sede argumentativa), mas ética; sucede porém que aquilo de que Lisboa acusa a crítica regiana — uma desatenção que se funda na ignorância, ou na repetição *ad aeternum* de falsidades — não pode deixar de se virar contra si. De facto, em que posição se coloca aquele que denuncia a não-leitura de outrem senão na da divindade que se arroga a capacidade transcendental de devassar intimidades e consciências? Por outras palavras, mais chãs: como é que Lisboa sabe que X ou Y não leram? A resposta pertinente e «decente» a esta pergunta só pode ser do tipo «Look and see». Ou seja: «Eu afirmo que X não leu porque o seu texto repete o que Y dissera anos atrás, que já repetia o que Z defendera». A resposta, como é notório, só existe (só pode existir) a partir do momento em que o seu âmbito se desloca da ética para a hermenêutica, vale dizer,

da intimidade das consciências para o texto e suas consequências interpretativas. Em rigor, aliás, existe uma incomensurabilidade entre a dimensão ética e a dimensão hermenêutica desta argumentação: a passagem da afirmação de uma não-leitura de X à sua corroboração através da análise do texto do mesmo X não se situa no mesmo plano lógico nem ontológico, já que a segunda parte da resposta nunca poderá validar suficientemente a primeira, por natureza inválida; enunciados do tipo «Eu afirmo que X não leu» não podem ter resposta no plano fenomenal, que é aquele em que existem textos e leitores, mas já não exactamente aquele em que decorre a vida da consciência. Na verdade, Lisboa *não pode afirmar* — e não o pode fazer porque, admitindo-se que as faculdades divinas não estão ao seu alcance, *não sabe (não pode saber)* — que X ou Y não leram. A questão, aliás, nem é sequer pertinente, e menos ainda interessante, pois como acabámos de ver a única resposta eticamente aceitável é a que não transforma uma questão hermenêutica numa (falsa) questão ética. A ética da leitura que Lisboa repetidamente invoca não é mais, no seu texto, que uma arma de arremesso que o dispensa do trabalho moroso e provavelmente inglório (como todo o trabalho interpretativo) da argumentação e da retórica. Ou, se se quiser: do conflito das interpretações.

Porque este é o ponto real e o único eticamente aceitável no debate em torno da *presença*: a saber, que a *presença* foi, é e, ao contrário do que Lisboa supõe e afirma, continuará a ser, o *locus* do mais decisivo debate da história literária portuguesa de 900. A ética da leitura, na versão de Lisboa, é uma forma de tentar cancelar esse debate, declarando-o (ex)terminado. Mas é justamente a forma pouco ética dessa declaração, que vive de uma sobreposição inaceitável do ético sobre o hermenêutico, a vir demonstrar que do lado da *presença* a única forma de viver o debate é declarando-o nulo. Ora, os conflitos interpretativos não se resolvem por *Diktat*, mas sim pela produção de mais interpre-

tação. Ou seja, acrescentando mais fio à meada, e não pegando na tesoura do Juízo Final, que muito provavelmente nunca virá (mas para aceitar isso é talvez necessário ser o crítico secular que Régio, Lisboa ou os Steiners deste mundo não aceitam ser).

Eis porque não cobra pertinência a reivindicação, que Lisboa a certa altura faz (e que naturalmente o engloba), de uma atitude «despreconcebida»: «O texto que temos vindo a citar e nos parece fundamental, para uso de qualquer estudioso despreconcebido do modernismo português», p.35. Idem para a explicação da má recepção de Régio pelos seus contemporâneos em razão do seu carácter interrogativo e não dogmático: «os dogmáticos — à direita e à esquerda — pressentem o perigo e não gostam» (p.86). É certo que, como todo este livrinho demonstra, o dogmatismo é sempre dos outros; mas não será que o texto de Lisboa demonstra, sim, — e não será essa uma posição mais interessante e rentável, do ponto de vista interpretativo — que o preconceito é *de todos*? E, mais ainda, que não existe leitura sem preconceito ou, como diria Gadamer, sem pré-conceito, sejam embora diversos os dos presencistas, os dos neo-realistas, os dos modernistas (penso no texto de 1960 de Eduardo Lourenço), os dos neo-vanguardistas (penso em Gastão Cruz e outros dos anos 60) ou os de Lisboa? E que por isso, em vez da denúncia deveríamos antes preocupar-nos com a análise e debate das razões do conflito em causa, confrontando conceitos e pré-conceitos? Para tal, contudo, deveríamos começar por admitir que no plano interpretativo não há razões eticamente diminuíveis *a priori*, já que todas elas se legitimam, ou não, no momento e por intermédio da argumentação. Mas sobretudo dever-se-ia começar por admitir que as razões do outro o são também; e neste plano é francamente irrelevante o achar-se que Régio foi alvo de conspirações literário-políticas (ou político-literárias) por parte de «neo-realões, neo-realinhos e neo-realejos» (p.30) e de todos os que se seguiram. Por mais injusto que tal possa parecer, o

ser-se vítima, ou mesmo eventualmente o sofrer-se na pele a injustiça de situações de maniqueísmo histórico, não dá por isso razão ao vitimado — nem a história é propriamente um tribunal.

Referirei apenas mais três pontos, de menor relevância. O primeiro, ainda consequência da referida sobreposição do ético ao hermenêutico, tem a ver com as palavras que Lisboa dedica à primeira dissidência da *presença*, que em 1930 mobilizou Torga, Branquinho da Fonseca e Edmundo de Bettencourt. Na sequência de posições já expressas noutras obras, Lisboa esvazia drasticamente o conteúdo intelectual da dissidência — expressão de posições divergentes quanto à orientação da *presença* que se irão materializar inclusive na criação de outras revistas — para reduzir o evento a um problema pessoal: «Torga, por exemplo, reage mal e, acicatado pelo ressentimento originado na indiscutível superioridade do companheiro [Régio], romperá com a *presença*, em 1930, arrastando consigo, numa nebulosa de razões mal digeridas, Branquinho da Fonseca e Edmundo de Bettencourt» (p.20). Como é evidente, estamos num daqueles momentos em que o biógrafo tipicamente adopta como boas as razões do biografado, achando-as suficientes. Para quê? Para mais uma vez tomar o partido de Régio contra todos os que o puseram, ainda que pontualmente, em causa (manifestamente, o saber de Régio, ou melhor, a sua autoconsciência, não é contingente, ao contrário da de Torga). Em consequência, a complexa fenomenologia da vida intelectual é reduzida ao ressentimento e, supõe-se, à inveja. Não se percebe muito bem é como esse indivíduo ressentido, amargo e sem capacidade argumentativa conseguiu arrastar consigo Branquinho e Bettencourt, dois dos mais lúcidos — e modernos — espíritos da *presença*... Mais uma vez, conviria reconhecer as razões que assistiram aos dissidentes, sem a preocupação prévia de diminuir todos os que confrontaram Régio.

Uma outra questão, recorrente em Lisboa, tem a ver com o que poderíamos designar como «uma estratégia de contra-ataque». Refiro-me à diminuição sistemática do trabalho das vanguardas históricas, anexadas por sistema ao modernismo. Por exemplo, na sua defesa à *outrance* da liberdade artística, Régio ter-se-ia isolado «dos falsos vanguardistas mais ou menos conformistas e, no fundo, alheios ao que constitui a originalidade profunda dos autênticos criadores» (p.23). Ou ainda: «Talvez tenha até sido este teor autêntico e profundamente 'subversivo' da obra regiana um dos motivos de tanta resistência ou até ressentida hostilidade que lhe opuseram muitos dos seus contemporâneos: a subversão superficial e espalhafatosa incomoda menos do que a discreta e profunda» (p. 86). Por outras palavras, a vanguarda é espalhafato, falsidade e superficialidade — conformista, note-se. Régio, ao invés, é a originalidade profunda e subversiva. Eis-nos perante a leitura reformista da revolução (a qual, pela prática do árbitro semântico que acabamos de ver, nos coloca à beira da logomaquia): não há revoluções mas espalhafato; a história não dá saltos nem progride (pelo menos a história das artes); logo, sábio é aquele que avança às arrecuas, de modo a serenamente contemplar o espectáculo do passado. Não deixa de ser curioso que ao mesmo tempo que se insiste na ideia de que a *presença* é uma publicação modernista legítima — e nem Eduardo Lourenço, aliás, o pôs em causa: é preciso é lê-lo atentamente, se me é permitido o comentário à Eugénio Lisboa —, se faz os possíveis por desqualificar o modernismo em que supostamente a revista se filiaria, pelo menos tanto quanto o *Orpheu*. Eis o que não deixa de revelar uma certa má-consciência em relação ao modernismo.

E eis-nos, enfim, perante a última e decisiva questão, que poderemos começar por abordar à boleia de palavras de Jorge de Sena, citadas a título abonatório por Lisboa, nas quais enfaticamente se nos garante que os presencistas «contam entre si alguns dos

maiores escritores portugueses deste século» (p.41). Seria caso para perguntar: «Quem?». Sabemos que para Lisboa a pergunta é escandalosa, porque retórica: Régio, obviamente. E sabemos também que, na lógica da sua argumentação, quem achar o contrário é porque ou não leu, ou leu preconceitualmente (como se houvesse outra forma de o fazer). O problema, que nem a criação de Centros de Estudos Regianos (em si, inteiramente desejáveis), nem reedições na Imprensa Nacional, nem megacongressos centenários, poderá suspender, reside justamente na questão do valor estético de uma obra cuja importância histórico-literária não está em causa (e ademais, a literatura portuguesa, na sua riqueza relativa, não se pode permitir o luxo de abdicar dos 30 volumes de Régio). A verdade, porém, é que se esta relevância assegura o suporte institucional que permite a manutenção de Régio no panteão, ainda assim de modo mais problemático que a de outros, ela não pode assegurar a valorização crítica que há décadas lhe fugiu e que, como vimos vendo, se alimenta de razões dotadas de pelo menos tanta pertinência quanto as de Lisboa. Aliás, a obra de Régio é hoje muito provavelmente o caso mais flagrante de uma discrepância de valor entre o investimento nela realizado pela História Literária e o desinvestimento estético e afectivo, simultâneo àquele, de que a crítica dá mostras.

Talvez por isso, naquele que é o momento mais problemático do texto, Eugénio Lisboa acabe por recorrer a um surpreendente paradigma dos combates da nossa modernidade literária, de modo a indexá-lo a Régio. A surpresa provém do facto de se tratar de um paradigma «negativo», de nome Castilho. Os críticos do Régio tardio teriam caído na «tentação de atribuírem a Régio o papel de Castilho, na célebre contenda com Antero» (p.77) — tentação corroborada por carta de António Sérgio a Régio em que se analisam, com brilho inegável, as contradições dos revolucionários «de trazer por casa» face àqueles que, como Régio, deram por mais de uma vez o corpo ao manifesto.

Não cabe nessa carta, no entanto, ou não fosse Sérgio um filho espiritual dos homens de 70, qualquer modalidade de elogio a Castilho. Lisboa, contudo, termina o capítulo com palavras no mínimo armadilhadas: «E fica por saber se o mérito de Castilho foi devidamente investigado por tantos que dele se servem como de um bonzo útil, em momento de necessidade...» (p.78).

É muito de duvidar que Régio, que tanto abominava a literatura académica e «não-sincera», apreciase esta recuperação dos supostos méritos de Castilho. Lembremos que no manifesto inaugural da *presença* Régio não revelava especial consideração pelos méritos de um Fidelino de Figueiredo, que provavelmente em muito sobrepujam os de Castilho (pese embora a Fernando Venâncio que estou certo, aliás, será apreciador de Fidelino). E menos apreciaria ainda, ele que foi o primeiro a estudar em contexto académico a poesia modernista, o paralelo implícitamente estabelecido entre si e o autor da *Felicidade pela Agricultura*. Este caso é contudo revelador dos extremos a que a lógica da sua argumentação conduz Eugénio Lisboa: Régio é criticado injustamente por toda uma geração que o não lê e dele faz o Castilho que não era; mas, bem vistas as coisas, Castilho não era o que dele dizem, pelo que o ser-se vicariamente Castilho nem é tão mau como se supõe. Entretanto, pelo caminho deste discurso, Régio foi-se tornando uma figura quase tão inócua — e tão arredia da modernidade — como Castilho (cujas relativa importância histórico-literária não pode fazer esquecer o bardo medíocre que foi), devendo a sua sobrevivência apenas à História Literária e à indústria académica de teses.

Régio, seguramente, não merecia isto. Para que tal, todavia, não sucedesse, teria

sido necessário que Lisboa aceitasse a pertinência de pelo menos parte da crítica historicamente produzida sobre a obra de Régio (para encurtar razões: que aceitasse, tão simplesmente, a pertinência e legitimidade da crítica àquele que foi um dos decisivos legitimadores da crítica literária no século português que findou); e que aceitasse que é *legítimo* descrever *A Velha Casa*, por exemplo, como um romance clamorosamente falhado, e não como a obra-prima que nele vê, como também, já agora, o *Jogo da Cabra-Cega*; e bem ainda parte substancial da poesia de Régio, sobretudo a partir de 40, que é hoje ilegível, em grande medida por se preocupar demasiadamente com o ser legível; e etc. Ou seja, que aceitasse que no tribunal da interpretação a autoridade — o texto — não decide, desde logo porque é mudo, pelo que só nos resta trocar razões, umas decerto mais ponderosas que outras, mas sem ilusões de recurso eventual a um tribunal da Razão (ou da História) que na crítica literária lamentavelmente não existe (ou existe apenas como um tropo institucional). E que o texto só vive enquanto estivermos disponíveis para essa troca, pelo que ela deve ser incentivada e não combatida. Mais do que isso é substituírmolos ao texto, supostamente em nome do autor.

Eis porque este livrinho dedicado a José Régio nos diz tanto ou mais sobre o seu autor, Eugénio Lisboa. A crítica apaixonada tem por vezes destas coisas: transforma-se em excesso o amador na coisa amada, a ponto de a certa altura, por excesso de amor, apenas restar o amador. Poderá a coisa amada amar um tal amor? Afé está uma questão suficientemente desinteressante para que com ela se ponha um ponto final nesta recensão.

## UNA FASCINACIÓN MARAVILLADA POR PORTUGAL EN DOS PERSPECTIVAS

EDUARDO JAVIER ALONSO ROMO  
*Universidad de Salamanca*

*Autor:* César Gavela.

*Título:* *La raya seca*.

*Editorial:* Fundación Kutxa.

*Lugar y año de edición:* San Sebastián, 1996.

*Nº de páginas:* 78 pp.

*La raya seca* (Premio de Novela Ciudad de Irún en 1995) construye un espacio utópico en la frontera hispano-portuguesa, lo cual le sirve al autor para elaborar interesantes reflexiones que exploran la frontera, su sentido -o sinsentido- y su misterio. Aflora en el libro, de manera constante, una atracción por las lindes que, al mismo tiempo, unen y separan.

La acción principal se sitúa en el verano de 1959, en un mítico bosque con el nombre de Hosanna -exclamación de júbilo-, «un lugar que aún no formaba parte de la tierra», provincia de Orense, en la frontera entre Galicia y Portugal, cerca ya de Sanabria. Aletea el recuerdo todavía reciente de los miembros del maquis que por allí había sobrevivido hasta poco años antes -movimiento al que este berciano afincado en Valencia ya le dedicó otra novela corta: *El puente de hierro* (1998)-. Este paradisiaco lugar será el escenario de un campamento prehistórico creado artificialmente por el régimen del Estado Novo portugués, como experimento precursor de un futuro interracial llamado «Portugal Tricontinental», una especie de nuevo Brasil de

Europa. En todo caso ese mundo fronterizo, con sus peculiares personajes, es visto desde una perspectiva un tanto singular: «Porque un bosque entre dos estados forma él solo una nación» (p. 23).

La novela está estructurada en dos «libros». El primero se centra en la búsqueda de una especie de nuevo vellocino de oro por parte de tres hombres: un ganadero llamado Santos Lence, un cabo de carabineros llamado Manuel Adán y un guardia nuevo con el nombre de Vito Díaz, personajes que abren la narración. El segundo «libro», nos lleva al África Austral. Partiendo de las aventuras mozambiqueñas del teniente Mário Crato e Lapa, converge con el primero, toda vez que nos ofrece una explicación, entre curiosa y disparatada al misterio presentado en la primera parte. Uno de los principales nexos está constituido por la elocuente figura de Ezequiel Sancedo, un hombre cautivado por la proximidad de la raya entre Portugal y España, y que jugaba «a estar en los dos estados a la vez. Pasaba de un lado al otro de la cuerda y no entendía que por debajo de aquella línea brotaran dos reinos separados, dos océanos de hombres, dos vertientes del alma. La una cayendo hacia Madrid y la otra hacia Lisboa» (p. 24).

Más allá de la acción principal asistimos a un continuo cruce de tiempos y lugares, derivado del encadenamiento de historias personales a través de breves y densos cuadros biográficos. Hay por tanto frecuentes rupturas de la linealidad temporal. Estos saltos cronológicos se producen especialmente en las evocaciones del pasado de los diferentes personajes: recordemos, por ejemplo, al coronel Amancio Belecón -y sus antepasados militares- enamorado de los mapas, o a los simbólicos hermanos gemelos Gelderodes, uno portugués y el otro español. Es curioso observar cómo, a pesar de la reducida extensión del libro, hay espacio para una serie de historias de cierta complejidad.